



A prova de língua portuguesa em concursos para docentes: um contrassenso?

Portuguese Language Exam in Teachers Contest: A Nonsense?

Ondina Maria da Silva Macedo

Instituto Federal Goiano Campus Ceres (IF Goiano), Goiânia, Goiás / Brasil

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás / Brasil

ondina.silva@ifgoiano.edu.br

<http://orcid.org/0000-0001-6466-1973>

Eliane Marquez da Fonseca

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás / Brasil

elianemarquez@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-6476-0389>

Resumo: Este texto é um recorte da tese de doutorado e tem o objetivo de analisar o questionamento teórico sobre o conhecimento de língua portuguesa na construção de uma prova de Língua Portuguesa (LP) aplicada a candidatos no concurso para docente de sociologia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), em 2015. O embasamento teórico é a *Análise Dialógica do Discurso* com Bakhtin (2003, 2010) e Orlandi (2001, 2007). Questiona-se o caráter descritivo da prova voltada para aspectos formais, em detrimento da discussão dos sentidos possíveis de uso da língua, como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta pesquisa segue metodologia qualitativa, de cunho documental, partindo da materialidade dos enunciados da prova de LP, com olhar para as práticas sociais. É importante ressaltar que em 2018, três anos depois, o IFSP aplicou prova a candidatos com a mesma formação, resignificando a avaliação de modo a não valorizar aspectos gramaticais apenas.

Palavras-chave: enunciado; dialogismo; sentidos.

Abstract: This text is an excerpt from the doctoral thesis and it aims to analyse the theoretical questionnaire about the knowledge of Portuguese language in the construction of a Portuguese Language (PL) exam applied to candidates in the contest for professor of sociology at the Federal Institute of São Paulo (IFSP, in Portuguese), in 2015. The theoretical basis is the Dialogic Discourse Analysis with Bakhtin (2003, 2010) and Orlandi (2001, 2007). It is questioned the descriptive character of the test, which was focused on formal aspects, at the expense of the discussion of the possible meanings of language use, as recommended by the National Curriculum Parameters (PCN, in Portuguese) and the National Common Curricular Base (BNCC, in Portuguese). This research follows qualitative methodology, a documentary nature, starting from the materiality of the statements of the PL test, with focus on social practices. It is important to emphasize that in 2018, three years later the previously mentioned contest, the IFSP applied tests to candidates with the same background, reframing the evaluation so as not to consider only grammatical aspects.

Keywords: enunciated; dialogism; meanings.

1 Introdução

É comum ouvir reclamação de professores que realizaram concursos acerca do conteúdo exigido nas provas de LP. Esses docentes, que não têm formação em licenciaturas de Letras, sofrem uma frustração ao se depararem com avaliações muito detalhadas na parte descritiva da gramática da língua. Esse estranhamento nos preocupa porque consideramos importantes as posturas do MEC nos PCN (2000) e, mais recentemente, na BNCC (2017).

Dessas observações, surgiu a necessidade de verificar como se apresentam essas provas de LP. Diante disso, o objetivo deste artigo é avaliar uma prova de LP, aplicada a candidatas a professor de sociologia do IFSP, em 2015. Selecionamos uma única prova que nos preocupou pelos conteúdos voltados para a parte teórica e aprofundados em detalhes descritivos da morfologia e da sintaxe da língua, o que levou aos seguintes questionamentos: Por que demandar descrição gramatical de um professor de sociologia? Os enunciados da prova de LP coadunam com o papel a ser desempenhado por esse professor? A prova que tomamos como corpus de análise contém 80 questões de múltipla escolha, sendo 10 de LP. Esclarecemos que essa prova faz parte do corpus da tese de doutorado

em andamento e privilegiou, dentre os textos selecionados, o certame com maior densidade gramatical.

Este trabalho inscreve-se na Linguística, na área da Análise Dialógica do Discurso e tem como ponto de partida as concepções de enunciado e dialogismo conforme o Círculo de Bakhtin (2010). Os conhecimentos bakhtinianos foram adotados para verificar como os sentidos são construídos e, em especial, como os sentidos pedagógicos podem ser observados na prova do concurso para docente, além disso, tentamos compreender a forma e o estilo dos enunciados das provas. Também nos filiamos às teorias da Análise do Discurso – AD de origem francesa, e, para dar sustentação à discussão, trazemos à tona autores que tratam da linguagem estruturada por encontros dialógicos. Recorremos, pois, a Bakhtin (2003, 2010) e a Orlandi (2001, 2007) a fim de discutir as intrínsecas relações ideológicas. Esses autores são utilizados como referência para investigar, por meio da metodologia interpretativista, os sentidos presentes na constituição dos enunciados.

Encontramos pesquisas similares, entretanto, a maioria sendo voltada para provas aplicadas a alunos de Ensino Médio (EM) ou provas de concursos para professor de LP. Dentre elas, relacionamos duas que mais se aproximam deste trabalho. Miguel (2015) discute, em *O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): uma discussão acerca da validade das questões de língua portuguesa*, a prova de LP do ENEM em 2014. Já Lins (2011), em *Saberes docentes em provas de concursos públicos para professor de língua portuguesa* avalia as questões das provas objetivas, no estado de Pernambuco, em 2008, para observar os conteúdos abordados e sua relação com o conhecimento advindo da formação inicial dos graduados em Letras.

A relevância desta pesquisa é que analisa enunciados da prova de LP aplicada em um concurso para candidatos à docência de sociologia. Salvo algumas exceções, o conhecimento desses profissionais no que concerne à LP restringe-se ao uso da língua em variadas situações, mas seu foco não é como o do profissional licenciado em Letras. Partimos dessa premissa, na defesa de uma avaliação voltada para o conhecimento de língua, centrado em compreensão de textos e, também, na reflexão sobre adequação linguística e seus efeitos de sentido. Segundo Azeredo (2013), conhecer a língua é servir-se dela para participar na rotina de determinada sociedade, o que implica graus diferenciados de envolvimento das pessoas, segundo os papéis que desempenham. Isso

significa que cada um domina termos e expressões de forma diferente ou de acordo com a área em que se envolve, como os professores de sociologia.

Diante desses apontamentos, discorreremos acerca da teoria de Bakhtin/Volochínov (2010), que tratam do signo em uma enunciação dialógica, valorizando o lugar do outro na comunicação. Traçamos um diálogo entre o material selecionado para análise conforme o que preconizam os estudos da AD e as posturas dos PCN (2000).

2 O texto como uso social da língua – os PCN

Neste texto, nos referimos aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) – documento que direciona o EM – nível em que atuarão os candidatos aprovados. Dada a inexistência de um documento oficial que direcione o tipo prova de LP para concursos, pautamo-nos nos parâmetros como forma de legitimar a ideia de que a LP é tomada como variável e em constante mutação e que o texto é a sua base. Portanto, espera-se que o futuro professor de sociologia, ao ministrar aulas no EM, siga as diretrizes dos PCNEM, focadas na mobilidade da linguagem. Além disso, espera-se que os enunciados de um concurso se enquadrem nos mesmos parâmetros. Se esses docentes tiverem conhecimento de aspectos da língua padrão nos processos de leitura e escrita, não precisam do acúmulo de conhecimentos teórico-gramaticais. Um docente de sociologia tem formação específica na sua área, e deve direcionar o ensino à formação geral dos alunos. O conhecimento de detalhes da descrição gramatical não será objeto de seu ensino.

Este trabalho se atém ao trecho dos PCN: *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, que trata da inter-relação das diferentes linguagens dentro das práticas sociais e da história, para produzir sentidos. Esse docente terá como eixo o respeito à diversidade e tomará a linguagem como atividade discursiva (BRASIL, 2000). Paralelo a essa discussão, Bagno (2011) defende que a LP vive em mutação, é instável e está sempre em processo de fazer e refazer.

A concepção de língua como algo vivo aparece nos PCN (2000, p. 15) como meio de comunicação e consideramos que essa postura faz parte do trabalho de todo e qualquer professor. Assim

[o] domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Observemos que para se tornar um cidadão, o aluno precisa construir seu conhecimento de modo crítico. Quando se seleciona um professor de sociologia, é preciso levar em conta que o acesso ao saber está marcado pela comunicação. E esse aspecto deve ser desenvolvido no aluno, logo, não faz sentido exigir conhecimento teórico de gramática da LP a professores de sociologia ou outra área que não seja o de docente de LP.

A publicação da BNCC (2017) vem reforçar os PCN quanto à importância da comunicação da língua. Esse documento apareceu após a prova em análise, e coloca-se em uma perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem para explicitá-la como forma de ação interindividual, fundada na comunicação e voltada para as práticas sociais.

3 A língua: um caleidoscópio dialógico

Para manter o foco nos discursos e nos enunciados do concurso, necessitamos definir nosso viés teórico como a noção de língua dialógica em uma atividade social, histórica, por meio da comunicação entre os indivíduos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2010). Ambos observam que a significação valoriza, primordialmente, o *sentido* gerado no *contexto* de fala. Para eles, o signo reflete o mundo, mas, devido aos valores axiológicos de cada grupo social, refrata a realidade em possibilidades interpretativas. Os autores defendem que a realização do signo social na enunciação ou ação de dizer é marcada pelas relações sociais do falante. Nessa concepção, o enunciado é uma unidade real, delimitada pela alternância entre os sujeitos socialmente organizados, levando o locutor a selecionar a palavra de acordo com o grupo social a que se dirige. Essa teoria se aplica aos concursos para professores, já que os enunciados são cuidadosamente selecionados para atender às especificidades do concurso.

Então, o processo dialógico defendido por Bakhtin/Volochínov (2010) deve ocorrer quando um candidato lê as perguntas de um certame e reconhece que há outro enunciativo como personagem vivo dos dizeres, uma vez que todo signo procede de alguém e dirige-se para alguém.

Para exemplificar essa relação, mencionamos as questões 2, 3, 6 do IFSP – discutidas adiante – em que a opção linguístico-discursiva dos verbos no imperativo “observe”, “assinale”, “leia” indicam comando, resultando na aproximação entre interlocutores. Essa escolha estabelece diálogo entre a comissão do concurso e os candidatos, reforça a relação eu/outro, comprova que o enunciado é “o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN, 2010, p. 117). Dessa forma, o candidato posiciona-se em uma atitude responsiva, imediata e explícita quando responde as questões ou quando apresenta “recurso”,¹ questionando os enunciados da prova ou os critérios de correção. Essa atitude permite ao concorrente apresentar discordância aos enunciados e exigir uma resposta, uma compreensão predisposta a suscitar uma réplica. Nosso primeiro contato com a prova do IFSP ocorreu quando candidatos pediram que resolvêssemos algumas questões de cujo gabarito discordavam. Vejamos parte do certame.

Leia o texto a seguir. Com base em sua leitura, responda às questões 8 e 9.

ESCOLA ATENDE MORADORES DE RUA E ALIMENTA SONHOS DE MUDANÇA PELA EDUCAÇÃO

(Texto adaptado. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/04/08/escola-atende-moradores-de-rua-e-alimenta-sonhos-de-mudancas-pela-educacao.htm>. Acesso em 23 mai. 2015)

O sonho dos estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque, localizada no Parque da Cidade, no Distrito Federal, é o mesmo: sair das ruas. O colégio, que existe há mais de 20 anos, atende cem alunos que não têm onde morar [...]. A diferença, segundo a diretora Amelinha Araripe, é que o ritmo de aprendizado de cada um é respeitado.

Entre os alunos que já passaram pela escola está Meire Romão, 56. “Meu grande desejo é ser veterinária”, conta [...] “O dia mais feliz da minha vida foi quando vesti uma beca e segurei o diploma. Eu não tinha planos para o futuro, mas, hoje já estou entregando currículos [...] Atualmente, Meire dorme todos os dias em frente ao Hospital Regional de Brasília.

¹ Os editais dos processos seletivos contêm um parágrafo que permite ao candidato contestar os enunciados do edital e da prova.

O colégio, que é público, tem aulas de informática e oficinas de artes, ciência e corpo humano. Na escola, os alunos também tomam banho, lancham e almoçam. Uniformes e kits higiene são disponibilizados [...]

9. A vírgula está INCORRETA em:

- a) “O sonho dos estudantes da Escola Meninos e Meninas do Parque, localizada no Parque da Cidade, no Distrito Federal, é o mesmo”.
- b) “Eu não tinha planos para o futuro, mas, hoje já estou entregando currículos”.
- c) “A diferença, segundo a diretora Amelinha Araripe, é que o ritmo de aprendizado de cada um é respeitado”.
- d) “O colégio, que existe há mais de 20 anos, atende cem alunos que não têm onde morar”.
- e) “Atualmente, Meire dorme todos os dias em frente ao Hospital Regional de Brasília”.

A questão 9 prioriza o uso da vírgula em situações específicas, atém-se ao emprego inadequado da pontuação após o uso de “mas”; entretanto, sabemos que é adequado usar a vírgula após “porém”, que pertence à mesma classificação gramatical: conjunções adversativas. Essa questão não passa de aplicação da regra, pois a decisão de usar ou não a vírgula não interfere nos sentidos gerados no enunciado. Se pensássemos nas propostas dos PCN que se centram nas inúmeras possibilidades de uso da língua, os enunciados abririam margem para situações outras de uso da vírgula, o que levaria a compreender que o texto pode ser lido de formas diversificadas, principalmente ao mudar a posição do sinal gráfico em um mesmo enunciado. Assim, o certame não discute as linguagens possíveis, nem o texto como espaço aberto a interpretações. Uma questão que reforça o mito da univocidade absoluta da linguagem e nega a atividade epilinguística, que “compara as expressões, transformando-as, experimentando novos modos de construção” (BEZERRA; REINALDO, 2013, p. 36).

No lugar de avaliar o uso correto ou incorreto, ter-se-ia que questionar por que a vírgula mudaria o sentido do texto caso mudasse de posição. Se tomamos como exemplo as alternativas *b*, *c* e *e*, percebemos que uma mudança de posição da vírgula não alteraria o sentido. O dialogismo da questão 9 ocorre na exigência de conhecimento de regras gramaticais e não no trabalho dos sentidos gerados pelo texto. Esse texto, usado como pretexto para avaliar aspectos gramaticais dissociados dos

sentidos do enunciado, poderia ter focado nos enunciados discursivos que constituem a sociedade, como os discursos de solidariedade, de valores educacionais, ações de enfrentamento da vulnerabilidade de moradores de rua, e muitos outros claramente visíveis em seu encadeamento.

Observamos que os enunciados procuram atender à linguagem formal, típica de concursos, especialmente porque trata de selecionar professores. Discursivamente, essa é uma classe de profissionais que se pronuncia na linguagem escrita com mais precisão que outras categorias. Reafirmamos então que o traço constitutivo do enunciado é que reflete os aspectos sociais e as condições sócio-ideológicas de cada comunidade. Paralelo a isso, entendemos que embora os sistemas educativos contabilizem um papel fundamental na “formação normativa dos sujeitos, isto não assegura que suas formas venham a figurar no âmago de cada sujeito” (GERALDI, 2003, p. 19). Essas palavras enfatizam o que procuramos mostrar na análise, confirma que muitas escolas apregoam normas gramaticais como o centro do estudo de línguas, apesar de elas não fazerem parte da leitura e escrita desses sujeitos. Como defendem os PCN, nada contra ter conhecimento das classificações de termos gramaticais, a questão é como e quando utilizá-las para gerar sentidos no contexto.

Dentro da própria comissão que prepara o concurso, há vozes contratuais, mas também polêmicas, e essas convergências/divergências estendem-se ao contato com os candidatos, a partir do momento em que tomam conhecimento do edital. O enunciado da prova define-se, portanto, como o lugar da contradição, um espaço de luta entre vozes sociais, em que todo falante é um respondente, ainda que em graus diferenciados.

4 Ainda no percurso interpretativista e dialógico

Este artigo apoia-se na pesquisa interpretativista, para considerar a não univocidade entre pensamento e linguagem, pois, como afirma Orlandi (2007), há sempre o espaço da interpretação e do equívoco. Como requer um trabalho da AD, o objetivo é reafirmar a presença de equívocos, analisá-los, considerá-los em sua relação direta com a linguagem. Não se trata, pois, de quantificar, já que a relação entre os enunciados se efetiva em um fluxo contínuo e entrelaçado, não permitindo, portanto, quantificações e/ou agrupamentos. Seguimos o curso da pesquisa

qualitativa, com análise entre a descrição e a interpretação, centrada nas relações de sentido e nas relações de força que afetam o dizer.

É importante compreender que o sentido não está apenas ali, nas provas, pois está relacionado a todo um contexto sócio-histórico. O sentido pode ser outro, considerando que a cada dito existe um não-dito, naquilo que não se encontra verbalizado, pois, segundo Orlandi (2001), o dizer geralmente tem alguma relação com o não dizer e essa margem de não-ditos também significa. Complementarmente, Bakhtin/Volochínov (2010) defendem que as normas variam não apenas pelo grau de coerção que exercem, mas também pelo grau de significação social. Para eles, a ideologia do signo mostra a classe dominante tentando manter discursos tradicionais. Isso acontece com o intuito de ocultar a luta que se trava entre os índices de valor da gramática tradicional, para que o signo se torne monovalente. Isso é um instrumento de poder e de dominação por meio da língua ou das provas.

Exemplo disso é o uso de verbos em situações pouco comuns, em orações isoladas, completamente desvinculadas de um texto.

10. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das frases a seguir:

Se não _____ imagens daquelas guerras, creio que ninguém _____.

Quando meu tio _____ o preço do aparelho, _____ um enorme susto.

- a) houvessem – acreditava / ver – levará.
- b) houvesse – acreditava / vê – leva.
- c) houvessem – acreditava / vir – levará.
- d) houvesse – acreditaria / vir – levará.
- e) houvesse – acreditaria / ver – levará.

Na questão acima, não há referência a um texto de onde foram recortadas as frases, daí é possível afirmar que existe uma ruptura no quadro real da comunicação. Conforme Bakhtin (2003), um examinador desconhece o papel do outro – candidato – no processo de comunicação discursiva. Intriga-nos o fato de que a banca examinadora e os autores do edital apresentem resistência em atender às exigências estabelecidas pelos parâmetros no que se refere à LP associada ao uso dos textos, mesmo os PCN datando do início deste século e sendo discutidos há 20 anos. A prova é uma contrapalavra declarada em relação ao cumprimento das posturas estabelecidas por uma instituição maior na hierarquia social: o

MEC, que, por meio da BNCC, estabelece que o estudo da língua seja voltado para o uso consciente das práticas de linguagem.

Quando mencionamos os métodos e técnicas utilizados para a manutenção de determinados conhecimentos, voltamos o olhar para os enunciados contidos nas questões 1 e 2, porque elas apontam para uma avaliação que escapa dos pressupostos nos PCN, por não se fixarem nas “diferentes linguagens em diferentes situações”:

1. A regência verbal está correta na frase:

- a) A contenção inflacionária que se visa com as novas medidas tornou-se irreal.
- b) Ele custou muito a levantar-se na hora certa.
- c) Os alunos assistiram todos os jogos do nosso campeonato.
- d) Ética implica respeitar as diferenças culturais.
- e) Informo-lhe de que todas as suas iniciativas serão desconsideradas.

2. Observe as frases abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

I – Mesmo sabendo dos problemas _____ poderia estar sujeito, resolveu aceitar o emprego.

II – Ficamos desejosos _____ a parceria fosse respeitada.

III – Não houve oposição _____ se criasse novo partido.

IV – Todos tiveram certeza _____ chegaríamos a tempo, pois estavam acostumados com nossa pontualidade.

a) I – de que; II – que; III – a que; IV – que.

b) I – que; II – de que; III – que; IV – de que.

c) I – a que; II – que; III – a que; IV – que.

d) I – de que; II – de que; III – que; IV – que.

e) I – a que; II – de que; III – a que; IV – de que

Observamos que as duas questões se centram no uso de conhecimentos gramaticais, porém mecanicamente, apesar de os PCN indicarem que “os textos são a concretização dos discursos proferidos nas mais variadas situações cotidianas. O ensino-aprendizagem de uma língua não pode abrir mão dos textos...” (BRASIL, 1998). Quando Bakhtin (2003) assegura que o centro organizador de toda expressão é o exterior e não o interior, compreendemos que esse “exterior” é o mundo social em que se contextualiza o falante. Essa definição leva-nos a inferir que as reclamações do professor de sociologia, mencionadas no início deste texto, sejam devido ao fato de que ele não se apropriou

da memorização de termos da gramática normativa em seu meio social. A presença da preposição em situações específicas e, quase em desuso no meio social dos candidatos, impossibilita que tenham domínio das regras, contribuindo para que muitos não marquem a alternativa *b*, que está com a regência correta por fazer uso da preposição “a”.

Em sua obra *Preconceito linguístico*, Bagno (2007) critica exatamente enunciados como o da alternativa *c*, da questão 1, que trata do verbo “assistir”. O autor afirma que a exigência da regência “Assisti *ao* filme” não leva em consideração o português diário no Brasil. O autor garante que a escola, num viés mais ligado ao Português de Portugal, insiste nessa exigência da preposição “a”; o uso social da língua leva a maioria dos falantes a usar só o artigo: “Assisti *o* filme” (grifo nosso). Situação análoga se repete na questão 2, cuja alternativa correta é a letra *e*, com todas as expressões seguidas por uma preposição. Aí, são evidenciados mínimos detalhes de regras da LP, que contribuem para que haja um grande abismo linguístico entre os professores que cursaram licenciatura em Letras e os de outras áreas, como sociologia.

Essa postura avaliativa não atende à proposta didática dos PCN, nem trazem à discussão que essa é apenas uma das muitas variáveis e é importante saber como e quando utilizar cada uma delas para gerar sentido. Vejamos um exemplo que procura seguir essa proposta, entretanto, concretiza-se contrário à busca da produção de sentidos.

Texto para a questão 6

Afinal, são inúteis essas tentativas de análise e de interpretação de nós mesmos. [...] [...] O fato é que se frustra todo o esforço que despendemos para nos impor certa disciplina, certa unidade, certa coerência. À sorrelfa, algum diabo malicioso inutiliza o nosso trabalho, e amanhã seremos o que não queremos, e hoje somos o que ontem fomos e não quiséramos ser mais. (ANJOS, Cyro dos. *O amanuense Belmiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 76.)

6. Leia atentamente as informações a seguir sobre concordância.

I – Se a palavra “tentativas”, no primeiro período, fosse substituída por “desejo”, apenas um verbo, um adjetivo e um pronome seriam modificados para que houvesse concordância.

II – No segundo período, se a palavra “esforço” fosse substituída por “energias”, apenas um pronome e um artigo sofreriam mudanças para que houvesse concordância.

III – Se a palavra “nosso”, no terceiro período, fosse substituída por “meu”, apenas quatro verbos teriam sua flexão modificada para que houvesse concordância.

Qual(is) está(ão) correta(s)? /

a) apenas I.

b) I e II.

c) II e III.

d) I e III.

e) I, II e III.

A questão 6 emprega só um fragmento de texto, acompanhado de questões gramaticais. Solicita um conhecimento fundado na memorização e domínio de pelo menos quatro nomenclaturas: verbo, adjetivo, pronome e artigo. Alguns termos como “nós mesmos, nosso...” no uso de primeira pessoa do plural têm a pretensão de causar aproximação entre locutor/interlocutor, pois são expressões que representam, discursivamente, familiaridade do ponto de vista do enunciador. Esse aspecto é ignorado na questão proposta, que não privilegiou a dinamicidade da força argumentativa do texto.

Em oposição ao sentido textual, exigiu-se apenas o conhecimento de terminologias propostas pela gramática tradicional. Depreendemos, então, que o locutor pressupõe que seu interlocutor conheça a classificação gramatical, o que não faz parte das prioridades de estudo de um professor de sociologia. Entendemos que, apesar de os PCN serem uma forma de controle de ordem superior ao IFSP, essa instituição constrói enunciados em via oposta aos PCN, por meio da comissão que coordena o concurso público.

Recorremos a Bakhtin (2003, p. 294) para afirmar que, ao fazer uso da língua, os enunciadores utilizam-se de “tradições expressas e conservadas”, abrem mão dos textos e deixam de lado as variadas situações do cotidiano. Ao optar por esse “modelo” de prova, não se considera a relação da língua com o contexto nacional, privilegia-se o perfil de linguagem normativista, tradicional. A utilização do excerto de Cyro dos Anjos, na questão 6 não se atém aos propósitos comunicativos do gênero e não privilegia a reflexão sobre sua construção, como possibilidades de variação linguística ou de questões de entonação,

por exemplo. O texto é utilizado com o propósito de trabalhar questões estruturais, como forma de recuperar alguns termos e não para explorar aspectos semânticos ou estilísticos do gênero. É a LP vista como um sistema fechado de regras, que não permite variações. Vejamos outro exemplo de normatização.

4. Assinale a alternativa em que está incorreto o uso do acento indicador de crase.

- a) O espetáculo foi realizado à revelia do proposto.
- b) Eles preferem a da camiseta azul à da saia amarela.
- c) Os comissários do avião desceram à terra para saudar os passageiros.
- d) Várias sugestões às quais me referi não foram aceitas.
- e) Fiz alguns poemas à Fernando Pessoa.

Verifica-se a língua por meio de “decoreba” de nomenclaturas também nessa questão. Para respondê-la, basta conhecimento de regras de uso da crase, além dos termos exatos para aplicação da regra, um trabalho linguístico limitado ao uso da frase, desconsiderando o enunciado. Isso significa que, em cada falante, pressupomos não apenas a existência da materialidade linguística, mas também de enunciados antecedentes – “dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações” (BAKHTIN, 2003, p. 272). Assim, o falante estabelece uma atitude responsiva, um diálogo com um enunciado anterior (seu ou do outro), uma resposta a um já dito. As provas do concurso atuam como um enunciado que se interliga a outros (edital, respostas, recursos), pois está circundado de enunciados antecedentes. O conhecimento gramatical exigido não leva o interlocutor a refletir sobre os seus sentidos ou analisar possibilidades outras, pois para Bakhtin/Volochínov (2010, p. 95) “o sistema linguístico é o produto de uma reflexão sobre a língua”. O esperado, a partir dos documentos como os PCN, que norteiam o ensino, é que se faça uso da língua para “suas necessidades enunciativas concretas” (p. 95) e se possa debater a análise linguística como uma prática diferenciada de se estudar gramática, para fugir das descrições. Quando defende a prática de AL como parte do ensino e aprendizagem de línguas, a BNCC defende que o importante não é memorizar aspectos gramaticais, mas avaliar como esses elementos funcionam dentro do texto.

Reiteramos que, embora não haja um documento oficial que direcione as competências exigidas em um concurso para docentes, as regras de documentos como os PCN deveriam servir como norte para esse fim, pois o professor atuará em salas de aula de EM. A questão 4 traz frases soltas, desvinculadas de um contexto, distanciadas da prática social da língua. Não queremos, com essa visão, deslegitimizar as formas normativas, como a importância do uso da crase, mas que sejam questões aplicadas a uma dada situação concreta. Para Bakhtin/Volochínov (2010, p. 96), não se pode concentrar esforços para “reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto, é preciso, compreender sua significação numa enunciação...”. A questão em análise não direcionou o uso da língua num contexto, o que, para o interlocutor, não tem valor linguístico signico.

Para que os enunciados da prova sejam mais dialógicos é necessária uma mudança nos valores pré-construídos dos examinadores, de modo que entendam que esse tipo de prova atua como forma de perpetuação de saberes específicos da área de linguagens, como a relação de forças de que nos fala Orlandi (2001). Para ela, o lugar de onde fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, do que escreve, da linguagem que usa. Isso quer dizer que as palavras podem ter significados diferentes, de acordo com o lugar que o sujeito ocupa, pois há um jogo hierárquico de examinadores nas relações em sociedade.

A força conservadora que emerge dos enunciados da prova é amparada por alguns discursos ainda institucionalizados no país, no intuito de fazer valer aspectos gramaticais considerados pertinentes. Essa relação de forças, de algum modo, oprime aqueles que não detêm o conhecimento da normatização da língua padrão. Os professores graduados em sociologia em um concurso para lecionar no EM não possuem habilitação em Letras, então, as reconhecidas minúcias de normatizações gramaticais podem funcionar como um princípio de coerção, mostrando que a comissão que elaborou o exame conhece profundamente as regras da LP, detém o domínio das regras, as quais são alheias à maioria das outras pessoas, como no exemplo a seguir.

Observe as frases a seguir extraídas do conto *O peru de Natal*, de Mário de Andrade.

“Está claro que omiti onde aprendera a receita, mas todos desconfiaram.” “E depois de uma Missa do Galo bem mal rezada, se deu o nosso maravilhoso Natal.”

7. Os termos sublinhados apresentam, respectivamente, a função sintática de:

- a) sujeito – sujeito / objeto direto – adjunto adnominal.
- b) objeto direto – sujeito / adjunto adnominal – adjunto adverbial.
- c) objeto direto – objeto direto / predicativo do sujeito – adjunto adnominal.
- d) objeto indireto – sujeito / adjunto adnominal – predicativo do sujeito.
- e) sujeito – objeto direto / adjunto adverbial – adjunto adnominal.

A priori, já percebemos que os elaboradores trabalham com frases e não com enunciados. Entendemos que as nomenclaturas utilizadas não se aplicam ao uso diário de professores de sociologia. Essa avaliação pode ser vista como um mecanismo utilizado para sobrepor aos documentos que direcionam o ensino de línguas no país e submeter os candidatos a constrangimento sobre aspectos linguísticos que não correspondem à sua realidade, comprovando o que afirma Orlandi (2001, p. 21) que a “língua serve para comunicar e para não comunicar”, já que as relações postas em discussão devem ser aquelas de sujeitos e de sentidos ao mesmo tempo, e, assim, seus efeitos podem ser múltiplos e variados. Vemos que “a escrita funcionou, e ainda funciona, com a finalidade oposta: ocultar o saber, reservá-lo a uns poucos para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso” (BAGNO, 2007, p. 132).

Alertamos para a tentativa de utilização de um recorte mínimo do conto *O peru de Natal*, de Mário de Andrade. Entretanto, é fácil perceber a utilização do trecho apenas como pretexto para direcionar as questões, que privilegiam aspectos descritivos, sem preocupação de utilizar a língua inscrita na história. Uma questão avaliativa que se detém em aspectos gramaticais não aproveita o excerto para analisá-lo discursivamente, na geração de sentidos, como requer a AD. Desse modo, ignoraram-se as posições que se encontram em jogo no certame, como o atravessamento do discurso religioso por meio da *Missa do Galo*, um ritual que foi sendo incorporado e tornou-se tradição para a comunidade católica. O trecho incita uma crítica a esse discurso, uma vez que a ceia se sobrepõe à missa. Além disso, mesmo para aquele sujeito que não conhece o conto, o jantar de Natal junto com a ceia em família, claramente definida pela palavra *todos*, surgem como representações culturais que se tornaram tradição. Esse perfil de prova atua em desacordo com os procedimentos de análise, nos quais a relação sintática não deveria ser o mais importante,

mas sim, o que essa “organização sintática pode fazer compreender nos mecanismos de produção de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 46).

É importante ressaltar que a prova do IFSP objetiva selecionar um docente de sociologia, mas a opção pela memorização de detalhes normativos da língua pode desclassificar um candidato. Além disso, em nenhum aspecto da prova houve adequação de enunciados que dialogassem com a área de sociologia. A respeito da dialogização, Bakhtin (2010) esclarece que para que a palavra penetre no horizonte social de determinado grupo e faça algum sentido, é necessário que ela tenha ligação com as condições socioculturais desse grupo. O que se privilegia aqui é a classificação e não o funcionamento discursivo da língua.

Entretanto, ressaltamos a considerável mudança que aconteceu no edital n. 728, de 27 de setembro de 2018 do IFSP, também para docente de Sociologia, cujo item 7.1.1 assinala que “para prova objetiva, as questões versarão sobre assuntos específicos da área de atuação”. Esse trecho demonstra que houve uma mobilidade positiva no sistema de elaboração do concurso, que passou a privilegiar o conhecimento da área proposta. No entanto, a importância de uso da língua não foi desconsiderada, pois caso o candidato seja aprovado para a segunda fase – desempenho didático – a tabela de pontuação para avaliação da aula a ser ministrada contempla o item “linguagem e adequação”, competências que são avaliadas tanto na escrita do plano de aula, quanto na exposição oral do candidato.

Considerações finais

Um dos grandes propósitos deste artigo é contribuir para que se repense a respeito dos conteúdos de LP contemplados nos concursos públicos no Brasil, em diferentes segmentos, para que haja um direcionamento voltado para a língua como atividade epilingüística – que orienta uma busca significativa das inúmeras reflexões acerca da linguagem.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 283) “falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas”. Essa é uma oposição à descrição irrestrita da língua e defesa de uma linguagem dialógica, de compreensão responsiva ativa. Com posicionamento análogo ao autor, reforçamos que as questões claramente distanciadas das práticas de uso da linguagem contribuem para afetar a interlocução,

de modo a aumentar a distância entre enunciados e interlocutores. São forças sociais que se estabelecem e tendem a interferir diretamente no resultado dos concursos. Pode acontecer de um candidato estar apto para assumir a função e ser excluído do concurso por desconhecer aspectos formais da língua que, reiteramos, não fazem parte da matriz curricular de sociologia ou de outras que não sejam a licenciatura em Letras.

Não obstante, é importante perceber a mudança que houve na prova de LP da mesma instituição: três anos depois, passaram a analisar fatores outros além da língua por si mesma. Concordamos com Azeredo (2013) quando afirma que a história de qualquer cultura se transforma, graças ao conflito, então, pode ser que a própria recorrência de recurso dos candidatos tenha despertado a instituição para uma ressignificação dos enunciados da prova, que passou a assumir uma postura mais dialógica, como preconizam os PCN e a BNCC.

Referências

AZEREDO, J. C. de. A análise gramatical e a explicação de textos. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: o lugar da teoria nos estudos linguísticos e literários, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 21-41, 2013.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo por P. Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução M. Lahud e Y. Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BEZERRA, M. A; REINALDO, M. A. *Análise linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013. (capítulos 2 e 3).

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 9 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: 2000.

GERALDI, J. W. Palavras Escritas, indícios de palavras ditas. *Linguagem em (Dis)curso*, Santa Catarina, v. 3, Número Especial, p. 9-25, 2003.

LINS, B. M. L. *Saberes docentes em provas de concursos públicos para professor de Língua Portuguesa*. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MIGUEL, S. B. *O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): Uma discussão da validade das questões de língua portuguesa*. 2015. 230 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

Recebido em: 26 de outubro de 2020.

Aprovado em: 28 de dezembro de 2020.